

O NOVO PSICOPATA: PARA ALÉM DO ANTISSOCIAL

THE NEW PSYCHOPATH: APART FROM ANTISOCIAL

ANDRÉ USEVICIUS¹

RESUMO

A psicopatia é um conceito que, desde o seu surgimento, capturou grande parte da atenção midiática, que passou a retratar sua imagem de forma superficial e tendenciosa, relacionando o psicopata com a figura de um assassino cruel e sádico. O presente artigo, portanto, pretende problematizar e estabelecer as diferenças entre o psicopata e o comportamento antissocial propriamente dito. Para tanto, pretende-se elucidar o histórico e o desenvolvimento da construção do conceito de psicopatia, apresentando as controvérsias e debates que o seguiram, assim como as diversas abordagens que se referem a este construto, inclusive a classificação considerada como “oficial” dos indivíduos com esse transtorno, e suas consequências que a mesma gerou na comunidade científica. É explicada também a pesquisa empírica da psicopatia, e, por fim, revelado estudos recentes que sugerem que, na realidade, o psicopata pode ser um sujeito muito mais complexo do que a mídia faz parecer.

Palavras-Chave: Psicopatia. Transtorno de Personalidade Antissocial. DSM-V. Comportamento Antissocial. Fenômeno.

ABSTRACT

Psychopathy is a concept that, since its emergence, has captured a large part of media attention, which has started to portray its image in a superficial and biased way, relating the psychopath to the figure of a cruel and sadistic murderer. The present article, therefore, intends to problematize and establish the differences between the psychopath and the antisocial behavior itself. To this end, it is intended to elucidate the history and development of the construction of the concept of psychopathy, presenting the controversies and debates that followed it, as well as the various approaches that refer to this construct, including the classification considered “official” of individuals with this disorder, and its consequences that it generated in the scientific community. It also explains the empirical research on psychopathy, and finally reveals recent studies that suggest that, in reality, the psychopath may be a much more complex subject than the media makes it seem.

Keywords: Psychopathy. Antisocial Personality Disorder. DSM-V. Antisocial Behavior. Phenomenon.

INTRODUÇÃO A UMA PROBLEMÁTICA PSICOPÁTICA

Desde seu surgimento, o enigmático conceito de psicopatia foi abraçado pela mídia, e, conseqüentemente, pelo imaginário popular. Como alertam Silva e Miquelon (2018), a exploração midiática em cima desta temática, que se limita, em sua maioria, à exploração de temas mórbidos e violentos, serve como uma forma de auxiliar no processo de desinformação e banalização da psicopatia, colocando esse fenômeno sob o prisma do sensacionalismo. Dessa forma, a figura do psicopata ficou equivocadamente associada a um assassino impiedoso, ou, como é comumente

¹ Graduado em Psicologia pelo Centro Universitário de Anápolis, UniEvangélica. Anápolis, Goiás, Brasil. E-mail: andreusevicius@gmail.com.

chamado, um *serial killer*², embora tais conceitos se refiram a fenômenos diferentes e independentes um do outro, como Morana, Stone e Abdalla-Filho (2006) afirmam em seu estudo etiológico. Esta desinformação causada pela mídia, e pelo fato do próprio estudo da psicopatia ser motivo de controvérsia entre muitos pesquisadores, fortalece uma imagem distorcida e tendenciosa acerca do psicopata, que influencia tanto o meio popular quanto o acadêmico, o relacionando ao comportamento criminoso. O objetivo deste artigo, portanto, se concentra em apresentar o histórico da psicopatia e sua associação ao comportamento antissocial, assim como sua recente desconstrução.

1. O NASCIMENTO DA PSICOPATIA: A TENTATIVA DE COMPREENDER O COMPORTAMENTO ANTISSOCIAL

Para que seja possível compreender o conceito da psicopatia, é necessário realizar um breve retorno à origem deste termo, e todas as controvérsias que o seguiram, e seguem, até os tempos atuais. Entretanto, antes de adentrar no espinhoso campo das discordâncias e diferentes abordagens referentes a esse fenômeno, é importante contextualizar seu surgimento e desenvolvimento.

Como apontam Soeiro e Gonçalves (2010), é um consenso entre os pesquisadores do tema de que a primeira vez que a psicopatia foi referenciada, indiretamente, ao menos de forma documentada, ocorreu em um trabalho desenvolvido por Pinel em 1809, no qual, à época, ele utilizava o termo “*manie sans délire*”³, se referindo a sujeitos que costumavam agir de forma atípica e agressiva, sem, entretanto, apresentar qualquer tipo de transtorno mental conhecido até então, assim como aparentando total entendimento e compreensão sobre suas ações. Nos trabalhos de Rush, em 1812, houve a tentativa de relacionar a insensibilidade demonstrada nos psicopatas - que, até então, ainda não possuíam essa nomenclatura - à um defeito congênito, mas este nunca foi identificado pelo mesmo.

Embora ambos os trabalhos citados sejam comumente relacionados à psicopatia, como é denominada atualmente, Patrick (2018) enfatiza o fato de que os sujeitos descritos por Pinel, que sofriam de “*mania sem delírio*”, possuíam, como característica predominante, um comportamento violento e explosivo, o que os colocam mais próximos de um diagnóstico de transtorno explosivo intermitente (TEI), e não, necessariamente, da psicopatia.

Retornando para a jornada histórica da conceituação da psicopatia, em 1835, o psiquiatra inglês Pritchard decidiu se focar na questão moral desses sujeitos com aparente sanidade, mas violentos e insensíveis, e cunhou o termo “*insanidade moral*”, se referindo ao fato de a moral e

² Assassinos em série.

³ Mania sem delírio.

princípios de conduta desses indivíduos serem deturpados, podendo ocasionar o surgimento de comportamentos antissociais. Pritchard fazia parte da escola ambientalista, e foi pioneiro em relacionar a influência do meio como um possível catalisador da insanidade moral. Neste sentido, ele propunha que houvesse intervenções que possibilitassem os indivíduos se integrarem em um ambiente adequado para desenvolver uma consciência moral esperada para a época. Seus estudos contribuíram para a criação de escolas focadas em educar jovens considerados desviantes (SOEIRO; GONÇALVES, 2010).

De acordo com Henriques (2009), é possível perceber descrições clínicas nos estudos de Morel e Lombroso que se assemelham em partes à psicopatia moderna. Em 1860, Morel descreveu aqueles que ele denominou como “maníacos instintivos”: sujeitos que apresentavam, desde muito cedo, comportamentos de depravação e imoralidade, com tendências inatas para o mal e que eram encontrados normalmente em instituições penitenciárias. No final da década de 1880, Lombroso propõe sua controversa teoria do “delinquente nato”, que, devido à correlação de características físicas do criminoso juntamente com sua propensão ao crime, servem até os dias atuais para confundir a população de que também exista uma correlação entre a psicopatia e o cometimento de crimes.

Arrigo e Shipley (2001) reconhecem Koch como o pioneiro a empregar o termo “psicopático” em seus estudos, em 1888, apresentando o conceito de “inferioridade psicopática”, definido pelo mesmo como comportamentos anormais, provavelmente congênitos ou até mesmo frutos de alguma enfermidade psíquica, e que aqueles que sofrem deste mal não podem ser considerados “insanos”, embora possuam uma “anomalia moral”. Neste sentido, Koch atribui a este fenômeno um caráter exclusivo de doença congênita. Posteriormente, provavelmente inspirado por Koch, o psiquiatra Maudsley afirmaria que estes indivíduos são acometidos por “imbecilidade moral”, devido a deficiências cerebrais, e, portanto, não poderiam passar pelo processo de reabilitação. Kraft-Ebing, entretanto, conseguiu ser ainda mais rigoroso com a psicopatia, afirmando que os sujeitos que sofrem desta condição deveriam ser mantidos em asilos pelo resto de suas vidas, para o seu próprio bem – e, claro, para a segurança da sociedade. Este psiquiatra também foi o responsável por introduzir o estudo do sadismo e do sadomasoquismo, acreditando que todo ser humano tem um desejo inerente de humilhar e machucar os próximos, e observou que este lado sádico se sobressai nos indivíduos psicopatas, pela dificuldade de controlarem tais impulsos.

Mas é somente entre 1896 e 1915, segundo Soeiro e Gonçalves (2010), que o psiquiatra Kraepelin introduziu, pela primeira vez, o termo “personalidade psicopática”, utilizado até os dias de hoje. Este conceito estava atrelado a uma tipologia contendo treze categorias base, com o intuito de descrever indivíduos que apresentavam comportamentos criminais considerados anormais e

imorais, como mentirosos mórbidos, criminosos impulsivos, criminosos profissionais, e até mesmo vagabundos. Schneider, em diversas pesquisas entre 1923 e 1955, trouxe algumas contribuições para o estudo da psicopatia. Primeiramente, o psiquiatra fazia uma clara distinção entre o conceito de doença mental e da personalidade psicopática. Schneider acreditava que a psicopatia está relacionada a desvios quantitativos de traços normais da personalidade humana, e era justamente devido a esse desvio que o sujeito se comportava de forma considerada imoral ou inadequada. Para além disso, Schneider distinguiu dez categorias de personalidades psicopáticas, sendo elas: (1) Hipertímicos; (2) Depressivos; (3) Inseguros; (4) Fanáticos; (5) Carentes de valor; (6) Lábeis de humor; (7) Explosivos; (8) Apáticos; (9) Abúlicos; e (10) Asténicos. Apesar de haver um grande número de categoriais, o psiquiatra afirmava que poderiam haver diferentes graus de combinações das mesmas em um sujeito com essa personalidade.

Patrick (2018) alerta para o fato de que, embora tanto Kraepelin quanto Schneider, em suas pesquisas, tenham traçado alguns comportamentos que de fato se associam aos psicopatas, como charme superficial, alto poder de persuasão e superficialidade em reações emocionais e relações sociais, também é importante perceber que os autores aplicaram o termo “psicopático” erroneamente, o associando a várias outras condições clínicas para além da psicopatia. Este erro pode ser explicado pelo fato de, à época, ainda não existir um conceito bem definido de psicopatia, algo que, até os tempos atuais, se mostra superficialmente obscuro. Ainda assim, essa grande abrangência da personalidade psicopática descrita por ambos os autores serviu para confundir e englobar diversos outros transtornos em seu rol que, na realidade, em nada se assemelham com a psicopatia propriamente dita.

Como forma de complicar um pouco mais este emaranhado de conceitos que se atravessam e se misturam, Birnbaum, em 1909, como relembra Oliveira e Struchiner (2011), sugeriu que fosse utilizado o termo sociopatia para se referir a alguns dos indivíduos estudados por Kraepelin, pois, de acordo com o autor, mentirosos, vigaristas, e vagabundos não possuem defeitos morais de ordem biológica e genética, mas na realidade são frutos do meio social no qual estão inseridos. Sendo assim, naquele momento, para Birnbaum, havia uma distinção clara entre psicopatia e sociopatia, no qual o primeiro se refere a características natas do indivíduo, e o segundo faz alusão à influência do ambiente social em seu comportamento. O debate sobre as diferenças entre estes conceitos, entretanto, ocorre até os tempos atuais.

Além disso, é importante ressaltar, como salientado por Henriques (2009), que até o século XIX, o termo “psicopata” era comumente empregado na literatura médica, em um sentido amplo e genérico, se referindo aos doentes mentais de forma geral, pois sua origem grega pode ser interpretada como “doença, sofrimento da alma”. Portanto, não existia, naquela época, associação

entre a psicopatia e o comportamento antissocial, o que pode explicar muito da confusão que esse termo gera até os dias de hoje, especialmente na literatura popular.

Mesmo com tantas confusões semânticas e de características não bem estabelecidas para designar o que, de fato, é a psicopatia, em 1941 essa questão foi melhor esclarecida graças a uma das contribuições mais marcantes e significativas na história da psicopatia: o livro “*The Mask of Sanity*”⁴ de Cleckley. Seguindo a tradição dos estudiosos deste fenômeno, Hervey M. Cleckley também era um psiquiatra, que, ao longo de seus atendimentos - tanto daqueles que passaram por seu consultório, ou que se encontravam internados em centros nos quais ele trabalhou ao longo de sua carreira - pode perceber algumas características em comum que eram apresentadas por sujeitos que apresentavam a denominada “personalidade psicopática”. Suas publicações sobre este tema, e, em especial, seu livro dedicado ao estudo dos psicopatas influenciaram e influenciam a grande maioria dos acadêmicos e investigadores desta temática até os tempos atuais (LILIENFELD, WATTS, SMITH, PATRICK; HARE, 2018).

A obra de Cleckley se resume a um apanhado completo de casos clínicos, estudos minuciosos – tanto culturais quanto sociais e históricos – e uma lista das características observadas e estudadas em indivíduos psicopatas. Portanto, não é difícil imaginar o motivo pelo qual *The Mask*, como era carinhosamente chamado por ele, se tornou um clássico para qualquer pessoa que desejasse estudar a psicopatia. Servindo como uma espécie de manual, o livro traça dezesseis características que podem ser observadas em psicopatas, que serão listadas a seguir:

- 1) Charme superficial e boa inteligência;
- 2) Ausência de delírios e outros sinais de pensamentos irracionais;
- 3) Ausência de nervosismo e manifestações psiconeuróticas;
- 4) Não-confiabilidade;
- 5) Tendência à mentira e falta de sinceridade;
- 6) Falta de remorso ou vergonha;
- 7) Comportamento antissocial inadequado;
- 8) Falta de juízo e da capacidade para aprender com a experiência;
- 9) Egocentrismo patológico e incapacidade de amar;
- 10) Reações emotivas geralmente pobres;
- 11) Perda específica de intuição;
- 12) Falta de reciprocidade nas relações interpessoais;
- 13) Comportamento fantasioso e desagradável, com ou sem uso de álcool;
- 14) Ameaças de suicídio, raramente sendo executados;

⁴ A Máscara da Sanidade

- 15) Vida sexual promíscua;
- 16) Dificuldade em seguir qualquer planejamento de vida (CLECKLEY, 1941/1976).

De acordo com Patrick (2018), essas características apresentadas por Cleckley sobre os psicopatas podem ser separadas em três categorias denominadas como: indícios da “máscara”; indícios de desvio comportamental; e indícios de superficialidade. A primeira categoria engloba as características 01, 02, 03 e 14, e se refere àquilo que diferencia o psicopata de outros transtornos mentais, e que faz com que ele aparente ser um sujeito como qualquer outro, se assemelhando com uma “máscara” de superficialidade trajada pelo mesmo. A segunda categoria, entretanto, que engloba as características 04, 07, 08, 13, 15 e 16, reflete a realidade do psicopata, para além de sua aparente normalidade e saúde mental - neste sentido, é a partir dessas características comportamentais que é possível perceber que o sujeito é, de fato, um psicopata. Por fim, a terceira categoria engloba as características 05, 06, 09, 10, 11 e 12, e, embora seja mais difícil de ser percebida do que a segunda categoria, também demonstra a realidade do psicopata, em um sentido afetivo, ao invés de comportamental.

Como consta Lilienfeld et al. (2018), um dos principais motivos que fez com que Cleckley escrevesse seu livro sobre psicopatia se deu pela sua preocupação com o fato de que este termo estava se tornando algo muito difuso e complexo, onde cada autor abordava uma visão diferente e, muitas vezes, contraditória com as outras já apresentadas. O autor propôs então delimitar a psicopatia a um pequeno número de indivíduos que eram propensos a comportamentos antissociais, assim como realizar ações que não possuíam uma motivação externa específica e aparente. Embora Cleckley não tenha sido o primeiro pesquisador a escrever sobre os traços dos psicopatas, ele com certeza foi o pioneiro em enumerar, com detalhes, as principais características deste transtorno, trazendo uma condição clínica para o fenômeno da psicopatia.

Entretanto, o estudo e debate sobre o sujeito psicopata não se findou em Cleckley, muito pelo contrário, em uma perspectiva generalista da história, sua obra foi justamente o início de uma discussão que resiste até os tempos atuais, sobre quem, de fato, é o psicopata. Soeiro e Gonçalves (2010), em uma pesquisa minuciosa sobre o histórico da psicopatia, citam algumas contribuições posteriores ao livro *The Mask of Sanity*, como o do casal McCord, em 1964, que relacionaram à psicopatia comportamentos-base como “incapacidade para amar” e “ausência de sentimento de culpa”, e consideravam a figura do psicopata como alguém antissocial, altamente impulsivo, egocêntrico, com baixo limiar de tolerância à frustração e incapazes de manter laços afetivos com os outros. Da mesma forma, Buss, em 1966, cria um padrão tridimensional de características que poderiam ser atreladas a um psicopata, sendo elas: o fato dele ser vazio e isolado; não ter uma identidade fixa e basilar; e a incapacidade de gerenciar o próprio tempo.

Infelizmente, devido às constantes divergências e alterações de conceitos que tangiam a área de investigação referente à personalidade do psicopata, especialmente em um contexto mais prático e clínico – como a obra de Cleckley –, muitos teóricos optaram por abandonar este conceito, considerando que o mesmo possuía um viés moralista e de difícil aplicabilidade clínica. Por causa desse abandono na utilização do termo psicopatia, estudiosos se viram forçados a desenvolver novas formas de abordar essas características e adotar outras perspectivas sobre o enigmático e controverso fenômeno. E esses novos estudos causaram um grande impacto, e ainda mais confusão e debate, sobre a figura do psicopata (SOEIRO; GONÇALVES, 2010).

Portanto, embora tenha sido estabelecida as características principais dos indivíduos considerados psicopatas, assim como um breve histórico da sua construção, é necessário alertar para o fato de que, como será visto adiante, este conceito passará por novas alterações e contradições. Uma das maiores confusões acerca da psicopatia, porém, se refere a um outro transtorno, que surgiu em um contexto complexo, que será melhor explicado a seguir.

2. UM RELATO SOBRE AS CONFUSÕES NOSOLÓGICAS: O IRMÃO MAIS NOVO DA PSICOPATIA

Visando abordar de forma satisfatória o assunto desta seção, é necessário realizar uma breve introdução sobre os manuais utilizados para se classificar doenças e transtornos mentais, que são, atualmente: CID-11 e DSM-V. A Classificação Internacional de Doenças (CID-11), elaborada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), se encontra em sua décima primeira edição, e abrange todas as doenças conhecidas pela ciência. O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), em contrapartida, se limita a classificar e estabelecer critérios associados somente aos transtornos mentais. A diferença, para além disso, se encontra no fato de que, enquanto o CID-11 é o método utilizado pelo Sistema Único de Saúde (SUS) para se diagnosticar uma doença – em outras palavras, por via de regra, os médicos se utilizam do CID-11 em seu ofício –, o DSM-V é recorrentemente empregado para a elaboração de pesquisas na área, devido a seu caráter mais específico e detalhado da descrição dos transtornos. Para este debate, o foco se direcionará ao DSM-V, embora o CID-11 também será mencionado posteriormente.

O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) se encontra em sua quinta edição atualmente, publicado em 2013 pela *American Psychiatric Association*⁵ (APA), e, de acordo com o próprio manual, ele é considerado uma classificação de transtornos mentais e critérios associados, elaborado com a finalidade de auxiliar no estabelecimento de diagnósticos

⁵ Associação Americana de Psiquiatria.

mais confiáveis para estes tipos de transtornos. O manual é reconhecido como um guia visando especialmente a prática clínica, embora possa ser utilizado em diversos contextos diferentes, assim como por variados profissionais com diferentes orientações teóricas (APA, 2014).

De acordo com APA (2014), um transtorno mental pode ser definido como uma síndrome, e, para ser possível considerar que um fenômeno é um transtorno propriamente dito, ele deve ser capaz de abranger alguns elementos, tais como: ser caracterizado por perturbação clinicamente relevante na cognição, na regulação emocional ou no comportamento de um indivíduo, refletindo assim uma disfunção nos processos psicológicos, biológicos, ou de desenvolvimento, relacionados ao seu funcionamento mental. Também se atenta para o fato de que os transtornos mentais estão frequentemente relacionados ao sofrimento ou incapacidades significativas que acabam por afetar as atividades sociais, profissionais ou outras atividades recorrentes de um sujeito.

Essa explicitação se faz necessária para fomentar o seguinte debate: seria, a psicopatia, um transtorno mental? Este fenômeno se enquadra na definição exposta pela APA em seu manual? Se considerar-se os estudos realizados no século passado, que servem como a base da psicopatia, a resposta para essas dúvidas seria, provavelmente, de que a psicopatia não se enquadra nesta definição de transtorno. Relembrando que, nos estudos de Schneider, importante pesquisador da área, era defendido que a psicopatia se encaixava melhor em uma exacerbação de traços normais da personalidade humana do que, necessariamente, uma doença mental (SOEIRO; GONÇALVES, 2010).

É curioso observar que, durante todas as edições e suas construções, o próprio DSM considerou, mesmo que de forma acidental, essa diferença entre a psicopatia e um transtorno propriamente dito. De acordo com Arrigo e Shipley (2001), em sua primeira edição, datada em 1952, o então DSM-I empregou o termo “perturbação da personalidade sociopática” para se referir ao fenômeno da psicopatia. Essa mudança se deu devido à influência psiquiátrica da época e uma tentativa de empregar causas sociais à psicopatia. Ainda assim, na descrição desta tal personalidade sociopática, foram incluídas características de personalidade traçadas por Cleckley em seu livro, o que constatava que, embora se utilizando de outras fontes primárias para designar este transtorno, os responsáveis pela construção do DSM não abandonaram por completo a psicopatia, e, provavelmente de uma maneira imprecisa, tentaram correlacionar ambos os fenômenos.

Isso se evidencia ainda mais, como mostram Soeiro e Gonçalves (2010), ao se analisar de onde, necessariamente, surgiu esta escolha pelo termo “perturbação da personalidade sociopática”. Como pode ser percebido até o momento, o conceito de psicopatia se encontra, desde sua origem, envolto em concepções diversas que serviram como forma de limitá-lo e confundir aqueles que pretendiam estudá-lo, esperando encontrar uma definição precisa para este fenômeno. Essa confusão, como era de se esperar, atingiu também a esfera nosológica. Neste sentido, ao tentar

estabelecer uma definição que pudesse categorizar a psicopatia, a APA se baseou no conceito de personalidade sociopática exposto por Partridge, em 1930, alguns anos após a defesa de Birnbaum referente à sociopatia, como citado anteriormente. Para Partridge, a falta de interesse, ou até mesmo incapacidade, de alguns sujeitos de se submeterem às leis da sociedade, caracterizavam a personalidade sociopática.

Essa definição exposta por Partridge não pode ser considerada tão precisa quanto o estudo de Cleckley sobre os psicopatas. Ao realizar uma análise da personalidade sociopática, em uma comparação com o psicopata descrito por Cleckley, percebe-se que o primeiro se assemelha, de forma direta, a apenas um dos traços do segundo, justamente o traço de número 07: “comportamento antissocial inadequado” (CLECKLEY, 1941/1976). A impressão gerada por essa análise é, no mínimo, destoante. Chega a ser curioso observar que, embora o DSM tivesse acesso ao estudo de Cleckley, preferiu optar por uma base teórica que apresentou um quadro bem menos descritivo deste fenômeno. Essa limitação gerada pelo próprio DSM pode ser observada durante todas as suas edições, como será exposto a seguir.

Filho, Teixeira e Dias (2009) explicam que foi somente na terceira edição do manual, o DSM-III, publicado em 1980, que o termo “perturbação de personalidade sociopática” foi substituído pelo então “transtorno de personalidade antissocial” (TPA), que se mantém até os dias de hoje. Essa mudança ocorreu, em partes, devido à preocupação por parte dos pesquisadores em obter uma maior precisão diagnóstica destes sujeitos. Sendo assim, os novos critérios que surgiram para caracterizar este transtorno se focavam exclusivamente em aspectos comportamentais antissociais, pois estes podiam ser mais facilmente observados e avaliados, o que aumentaria a concordância de diagnóstico mesmo entre diferentes avaliadores.

Soeiro e Gonçalves (2010) consideram que essa mudança do DSM foi baseada nos estudos de Prichard, que atribuía a influência do ambiente como um possível catalisador deste fenômeno, assim como nos trabalhos desenvolvidos por Robins, em 1960, no qual a pesquisadora se focou em descrever, sob uma perspectiva comportamental, as condutas observáveis dos psicopatas, desprezando as características psicológicas, que não podiam ser mensuráveis. Logo, o que ela propôs foi um diagnóstico da psicopatia que se baseava apenas em aspectos comportamentais. O uso da pesquisa de Robins para embasar os critérios do TPA pelo DSM-III se tornam claros ao observar seu caráter exclusivamente comportamental.

Com a chegada do DSM-IV, em 1994, devido à diversas críticas recebidas acerca do transtorno de personalidade antissocial, foi realizada uma pequena alteração em seu diagnóstico. Nessa edição, a APA considerou que o TPA também podia ser referenciado como psicopatia, sociopatia, e transtorno de personalidade dissociado. Claramente, esse posicionamento no manual não serviu como uma resposta satisfatória para as críticas. Embora seja evidente a tentativa da

APA em facilitar as discussões sobre psicopatia entre psicólogos, psiquiatras forenses e profissionais que não fazem parte desta área do conhecimento, sua declaração acabou por auxiliar ainda mais na confusão gerada entre os termos TPA e psicopatia, que agora, aparentemente, eram reconhecidos como o mesmo fenômeno (ARRIGO, SHIPLEY, 2001).

Ainda que muitos pesquisadores relevantes da psicopatia, como Robert Hare, tenham alertado para esta confusão que a APA estava cometendo, a quinta e – até o presente momento – última edição do manual, DSM-V, manteve a associação entre estes termos. Os critérios diagnósticos que englobam o TPA são:

- 1) Fracasso em se adequar às normas sociais de ordem legal, caracterizado pela repetição de atos ilícitos;
- 2) Tendência a falsidade (uso recorrente de mentiras, nomes falsos, e trapaças visando benefício próprio);
- 3) Impulsividade/fracasso em realizar planos para o futuro;
- 4) Irritabilidade e agressividade, constatadas por meio de agressões físicas;
- 5) Despreocupação com a própria segurança, ou com a segurança de outros;
- 6) Irresponsabilidade constante, seja em compromissos pessoais ou obrigações financeiras;
- 7) Ausência de remorso, indiferença e racionalização dos atos cometidos contra outros (APA, 2014).

Filho et al. (2009) argumentam que, devido ao foco adotado pelo DSM em centralizar os critérios do diagnóstico sob aspectos de comportamento antissocial – desconsiderando traços da personalidade ou a motivação para tal comportamento –, originou-se uma nova categoria diagnóstica, heterogênea. Isso significa que o diagnóstico de TPA pode, de fato, abranger indivíduos psicopatas, mas, da mesma forma, sujeitos com comportamentos antissociais, porém sem as outras características de cunho interpessoal e afetivo da psicopatia, que são consideradas essenciais para considerar um sujeito psicopata, também podem vir a ser diagnosticadas com TPA. Em outras palavras, o DSM criou um novo transtorno, que, ocasionalmente, pode englobar psicopatas, embora lide somente com um dos aspectos do fenômeno da psicopatia. Da mesma forma, sujeitos psicopatas que não demonstrem atividades antissociais descaradamente podem facilmente escapar deste diagnóstico.

Soeiro e Gonçalves (2010) explicam que, embora o DSM faça uma breve menção aos aspectos interpessoais e afetivos, assim como sua importância no momento de realizar o diagnóstico, chega a ser estranho o fato de não apresentarem nenhuma orientação de como proceder a avaliação destes aspectos. No que tange o comportamento antissocial, entretanto, o manual realmente cumpre seu papel, com um grande grau de detalhamento. Dessa forma, devido

ao próprio foco imposto pelo DSM, se faz claro que os aspectos interpessoais e afetivos – que antes caracterizavam grande parte da psicopatia – deram lugar para aspectos de ordem exclusivamente do comportamento antissocial, que caracterizam o TPA.

Henriques (2009) faz um paralelo entre as diferenças diagnósticas do DSM com o CID em relação ao TPA. Embora ambas as classificações tenham se utilizado do estudo de Cleckley como uma das fontes para embasar sua descrição, é perceptível que o DSM preferiu se focar em aspectos estritamente comportamentais, que pudessem ser evidenciados a partir da observação, embora, em edições anteriores, tenha se voltado também para os aspectos psicológicos dos indivíduos. O CID, entretanto, inclui características psicológicas em seus critérios diagnósticos, assim como aspectos relacionais, considerando que estes traços também devem se fazer presentes ao se diagnosticar um indivíduo, levando em conta seus aspectos subjetivos.

Talvez, neste momento, surjam duas dúvidas um tanto quanto incômodas, embora pertinentes: se existe tanta contradição entre esses termos, qual a utilidade de continuar a investigar a psicopatia? Não seria mais cômodo simplesmente se entregar ao conceito de TPA, como o DSM insiste? Filho et al. (2009) provavelmente possuem a resposta para essas dúvidas. De acordo com os autores, a psicopatia surgiu como uma forma de explicar quadros de comportamentos antissociais extremos, no qual o sujeito praticante aparentava manter suas faculdades mentais em perfeito estado. Devido à sua correlação inicial com a sociopatia, os autores consideram que este fenômeno seja o mesmo que o sugerido pelo quadro clínico de TPA. A psicopatia, entretanto, se mantém em uma esfera mais abrangente, como já mostrado ao longo do artigo.

Neste momento, é necessário se focar naquele que provavelmente pode ser considerado como um dos responsáveis por dar um novo rumo para a psicopatia, o que possibilitou que esta não fosse totalmente apagada pelos critérios duvidosamente científicos da APA, e se reerguesse com força total. Na próxima seção, será apresentado um pouco mais sobre o trabalho de Robert Hare, e seu método empírico no estudo da psicopatia.

3. O “DETECTADOR” DE PSICOPATAS: QUANDO O EMPIRISMO BATE À PORTA

Como dito anteriormente, a APA não se viu livre de críticas devido ao seu posicionamento exclusivamente comportamental na construção do transtorno que, a grosso modo, substituiria a psicopatia. Um dos mais notórios críticos é Robert Hare, psicólogo canadense, que, não contente com os critérios limitantes utilizados pelo DSM, decidiu criar um instrumento próprio capaz de verificar traços de psicopatia em indivíduos, apresentando uma maior confiabilidade, pelo fato de não se focar somente nos aspectos comportamentais dos mesmos. E assim nasceu a Escala Hare

(PCL), que, posteriormente, após passar por um processo de revisão, passou a ser referenciada como Escala Hare Revisada (PCL-R) (ARRIGO; SHIPLEY, 2001).

Ainda que seja considerada como o teste padrão para se utilizar em casos de suspeita de psicopatia, a PCL-R também passa por algumas críticas. Para entendê-las, é necessária uma melhor contextualização sobre sua construção. Como demonstram Soeiro e Gonçalves (2010), o trabalho realizado por Hare teve muito de sua base teórica apoiada nos estudos de Cleckley, assim como no casal McCord. Inicialmente, o psicólogo acreditava que a psicopatia era unidimensional, caracterizada por dois fatores correlacionados: um deles associado a aspectos clínicos, referentes a conceitos interpessoais e afetividades; e o outro relacionado aos aspectos comportamentais, essencialmente antissociais, assim como impulsividade.

De acordo com Filho, Teixeira e Almeida (2014), entretanto, alguns teóricos – em particular, Cooke e Miche – não concordaram com essa ênfase nos comportamentos antissociais, alegando que um dos motivos de haver tanta confusão e discordância acerca do fenômeno da psicopatia ocorre por conta da imprecisão entre os traços de personalidade e comportamentos antissociais, pois estes últimos são extremamente vagos e irrelevantes para o acréscimo de informações úteis para a avaliação da personalidade. O modelo proposto pelos dois autores englobava a esfera interpessoal, afetiva e impulsiva, retirando os comportamentos antissociais da equação. Hare, posteriormente, em resposta a essas críticas, resolveu dividir sua escala em quatro fatores ao invés de dois, separando o interpessoal do afetivo, e, além da impulsividade, manteve o fator antissocial, justificando que esta característica tem sido intrínseca na caracterização de um psicopata desde o primórdio dos estudos sobre este fenômeno.

Hare e Neumann (2010), em um artigo que objetiva explicar a importância do aspecto antissocial na psicopatia, assim como conferir uma resposta apropriada às críticas feitas por Skeem e Cooke acerca desta temática, explicam que a PCL-R foi um instrumento criado para distinguir os psicopatas de outros criminosos, mas que esta não é sua única função, assim como argumentam que esse simples fato não confere à criminalidade um papel central no construto da psicopatia. Os autores exemplificam contextos nos quais a PCL-R é aplicada, que não envolvem, necessariamente, crimes, como, por exemplo, no mundo corporativo. Novamente, são categóricos em afirmar que o fator antissocial na psicopatia não é central, embora seja inerente à mesma, baseando essa afirmação em pesquisas psicopatológicas que demonstram a associação entre tendências antissociais e traços psicopáticos.

Sobre a aplicabilidade da escala, Filho et al. (2009) explicam que a PCL-R é um instrumento com vinte itens, nos quais o avaliador deve atribuir um escore de zero a dois, de acordo com a ausência, presença moderada ou forte de cada uma das características que são citadas pelos mesmos. Estes itens se referem a características de personalidade descritas por Cleckley, assim

como aspectos de comportamento antissocial. Diferentemente de uma escala autoaplicável, a PCL-R é manuseada por um psicólogo treinado, e sua aplicação ocorre através de entrevistas focadas em diversos aspectos da vida do entrevistado, na qual o profissional terá as informações necessárias para responder aos itens. O instrumento avalia quatro dimensões: interpessoal, que se refere à superficialidade e manipulação das relações, autoestima exacerbada e mentira patológica; afetiva, indicando falta de remorso, afeto superficial, falta de empatia e de autoresponsabilidade pelos próprios atos; estilo de vida, ligado à busca de emoções, impulsividade, irresponsabilidade e comportamento parasitário, assim como falta de objetivos realistas; e, por fim, a dimensão antissocial, que engloba delinquência, não-adequação às normas sociais, e comportamentos desviantes.

Embora a PCL-R seja de fato um marco no estudo e pesquisa sobre a psicopatia, é inegável que, juntamente com seus benefícios, algumas complicações também foram geradas. É necessário se perguntar se os profissionais que utilizam este instrumento estão realmente preparados para isto. Como dito acima, é responsabilidade do avaliador preencher os itens da PCL-R, e, portanto, fornecer um escore ao sujeito que está avaliando. Um profissional despreparado pode, injustamente, imputar em um indivíduo um estigma que o perseguirá eternamente. Felizmente, novas pesquisas e descobertas sugerem que a psicopatia, na realidade, não se trata de um fenômeno determinista, mas muito mais amplo do que aparenta, como será mostrado a seguir.

4. PSYCHOPATHY IS THE NEW BLACK⁶

Apesar das dificuldades encontradas pela psicopatia de se firmar como um conceito sólido, seja pelas confusões geradas pelo DSM ou pelas discussões e controvérsias entre os próprios pesquisadores, é um fato inegável de que a mídia se apropriou deste fenômeno, ainda que não tenha se preocupado em explica-lo de forma eficiente ou, ao menos, cientificamente apurada. Embora seja verdade que o holofote midiático em cima da psicopatia serviu como uma forma de banalizar o assunto e confundir ainda mais a mente popular, como lembram Silva e Miquelon (2018), também é inegável que tanta atenção sobre este tema despertou a curiosidade daqueles que posteriormente dedicariam suas carreiras a estudar este fenômeno.

Portanto, surgiram cada vez mais pesquisas sobre a psicopatia. Como relembra Amaro (2010), estudos clássicos sobre lesões descobriram que alterações nos lobos frontal, temporal, e do sistema pré-frontal límbico podem estar associados ao comportamento violento e antissocial.

⁶ Expressão americana utilizada para se referir a algo que se tornou uma tendência mundial. Neste caso, a psicopatia.

A área pré-frontal, assim como a amígdala, desempenha um importante papel na neurologia do psicopata, e podem explicar a impulsividade, agressividade e tendências antissociais do mesmo.

Gleen, Raine e Schug (2008) revelam contribuições ainda mais significativas sobre a tenebrosa área cerebral dos psicopatas, demonstrando que estes indivíduos apresentam atividade reduzida da amígdala durante tomadas de decisões morais com base na emoção. Para além disso, essa evidência sugere a possibilidade de psicopatas possuírem deficiências nas regiões cerebrais que são essenciais para a realização de julgamentos morais. Essas descobertas parecem contribuir com a hipotética visão destes sujeitos como seres que não possuem o menor vestígio de empatia. Entretanto, alguns pesquisadores sugerem que isso não é totalmente verdade.

Fecteau, Pascual-Leone e Théoret (2008), em uma pesquisa cujo o objetivo era verificar a atuação dos neurônios-espelhos – que estão relacionados à capacidade de sentir empatia – em indivíduos com psicopatia, constataram que, assim como ocorre nos demais sujeitos, os psicopatas também são afetados pela chamada “empatia motora”. Em outras palavras, isso significa que pessoas consideradas psicopatas podem possuir capacidades elevadas de compreender o estado físico, emocional e afetivo dos outros, ainda que não consigam sentir o mesmo que eles. Essa pesquisa ajuda a desconstruir o mito de que os psicopatas não conseguem entender o que as pessoas sentem, pelo fato de não possuírem emoções.

Vasconcellos, Salvador-Silva, Vargas, Hoffmeister, Prates e Silva (2017) debatem sobre os psicopatas apresentarem elementos contraditórios em seus comportamentos. A exemplo disso, citam a dificuldade sutil percebida nos mesmos de reconhecerem as emoções negativas dos outros, em oposição à facilidade com que conseguem manipular a emoção das pessoas à sua volta. Isso demonstra uma possível capacidade dos psicopatas de se utilizarem de um método próprio para realizar suas manipulações, método este ainda desconhecido pela ciência.

Em outro estudo anterior a este, Vasconcellos, Salvador-Silva, Dias, Davóglia e Gauer (2014) realizaram uma revisão sistemática com o propósito de relacionar a psicopatia e o reconhecimento de expressões faciais de emoções. A pesquisa revelou que sujeitos com psicopatia possuem déficits em níveis diferentes de reconhecimento de emoções, especialmente no que tange a emoções de medo e tristeza, embora não estejam restritos a elas. A falta de um padrão no déficit destes sujeitos sugere que a psicopatia possui diferentes formas de manifestação.

Essa afirmação corroborada, em partes, com a visão defendida por Patrick (2018) de que a psicopatia é dimensional e variada. De acordo com o autor, diferentemente da visão defendida por Cleckley de que a psicopatia se trata de uma síndrome distinta com uma causa implícita e discreta, evidências posteriores ao seu estudo indicam a existência de tendências psicopáticas, que se manifestam em um espectro na personalidade do sujeito, podendo diferir no grau de psicopatia de um para o outro. O mesmo também defende que a psicopatia abrange subdivisões de sintomas, ao

invés de uma única sintomatologia contínua. Neste sentido, indivíduos considerados psicopatas podem apresentar diferentes comportamentos, a depender do grau de psicopatia em que se encontram. Portanto, não é de se estranhar que alguns psicopatas possuam mais facilidade do que outros para compreender as emoções das pessoas.

Em seu livro intitulado “A Sabedoria dos Psicopatas”, o psicólogo Dutton (2018) consegue ser ainda mais enfático. De acordo com a ideia defendida pelo autor, ao se retirar os aspectos antissociais da equação da personalidade psicopática, é possível se deparar com aquilo que ele denominou como o “psicopata funcional”, um indivíduo que mantém somente características positivas da psicopatia, como baixo nível de ansiedade, alto poder persuasivo, concentração exacerbada, resiliência mental, e autoconfiança. O psicólogo defende que essa é a diferença entre criminosos condenados e os executivos do alto escalão: o fator antissocial.

E essa curiosa ideia não é defendida somente por ele. Existem algumas comparações, inclusive, entre psicopatas e pessoas consideradas como heróis pela sociedade. O fator comum entre ambos parece residir no baixo nível de ansiedade. Uma pesquisa realizada por Koenigs, Kruepke, Zeier e Newman (2011) revela que, apesar de serem retratados como indivíduos amorais, os psicopatas possuem, na verdade, uma lógica moral muito semelhante ao utilitarismo. Isso significa que, muitas vezes, suas decisões são baseadas no “bem maior” que podem extrair daquela situação, ainda que as consequências possam ser desastrosas. Mas a coragem para tomar a decisão mais benéfica possível, independentemente da represália, é o que, muitas vezes, caracteriza um herói.

É importante, neste momento, traçar um breve paralelo. Como citado anteriormente, devido ao fato do DSM ter escolhido priorizar os aspectos de comportamento antissocial dos indivíduos, criando assim uma nova categoria classificatória, a psicopatia não recebeu a devida atenção. Essa priorização das características antissociais pode ter, por muitos anos, camuflado os sujeitos psicopatas que não se enquadravam neste fator. Isso explicaria, em partes, o motivo das pesquisas atuais estarem “descobrimo” esses novos tipos de psicopatas, ainda que essa discussão já tenha ocorrido anteriormente, entre Skeem, Cooke, Hare e Neumann (SOEIRO; GONÇALVES, 2010; FILHO ET AL., 2009; FILHO ET AL., 2014; HARE; NEUMANN, 2010).

Esses últimos estudos abordados revelam, ainda que de forma bastante hipotética e circunstancial, como a imagem do psicopata está se alterando ao longo do tempo. Como foi evidenciado ao longo do artigo, o construto deste fenômeno esteve relacionado aos comportamentos antissociais desde seu primórdio, mas, aparentemente, novas pesquisas e estudos caminham em um trajeto que pretende mostrar que o psicopata, como um ser dimensional e diversificado, pode englobar vários contextos para além do criminal. Salienta-se, entretanto, que, devido à vastidão deste campo de estudo, ainda possuem muitas investigações que podem e devem

ser feitas. A psicopatia é um fenômeno complexo e visado pela mídia, mas suas descobertas podem ajudar a humanidade a compreender um pouco mais sobre si mesma.

REFERÊNCIAS

AMARO, Helena. Psicopatia: revisões e novas direções. **Interações, sociedades e as novas modernidades**, v.18, p. 35-42, abr. 2010.

APA. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARRIGO, Bruce; SHIPLEY, Stacey. The confusion over psychopathy (I): historical considerations. **International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology**, jun. 2001.

FECTEAU, Shirley; PASCUAL-LEONE, Alvaro; THÉORET, Hugo. Psychopathy and the mirror neuron system: preliminary findings from a non-psychiatric sample. **Psychiatric Research**, v.160, p.137-144, 2008. Disponível em: <http://www.tmslab.org/publications/089.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2020.

FILHO, Nelson Hauck; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; ALMEIDA, Rosa Maria Martins De. Estrutura fatorial da escala psychopathy checklist-revised (CPL-R): uma revisão sistemática. **Avaliação Psicológica**, São Paulo, vol. 13, n. 2, ago. 2014. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712014000200012. Acesso em: 15 ago. 2020.

FILHO, Nelson Hauck; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira; DIAS, Ana Cristina Garcia. Psicopatia: o construto e sua avaliação. **Avaliação Psicológica**, Porto Alegre, v. 8, n. 3, dez. 2009.

GLEEN, Andrea; RAINE, Adrian; SCHUG, Robert. The neural correlates of moral decision-making in psychopathy. **Molecular Psychiatry**, v. 14, 2009. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/mp2008104#citeas>. Acesso em: 15 ago. 2020.

HARE, Robert; NEUMANN, CRAIG. The role of antisociality in the psychopathy construct: comment on Skeem and Cooke. **Psychological Assessment**, jun. 2010.

HENRIQUES, Rogério Paes. De H. Cleckley ao DSM-IV-TR: a evolução do conceito de psicopatia rumo à medicalização da delinquência. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, vol. 12, n. 2, jun. 2009. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-47142009000200004. Acesso em: 05 ago. 2020

KEVIN, Dutton. **A sabedoria dos psicopatas**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2018.

KOENIGS, Michael; KRUEPKE, Michael; ZEIER, Joshua; NEWMAN, Joseph. Utilitarian moral judgment in psychopathy. **Social Cognitive and Affective Neuroscience**, v.7, Oxford University, jul. 2011. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC3427868/>. Acesso em: 15 ago. 2020.

LILIENFELD, Scott; WATTS, Ashley; SMITH, Sarah Francis; PATRICK, Christopher; HARE, Robert. Hervey Cleckley (1903-1984): contributions to the study of psychopathy. **Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment**, ago. 2018. Disponível em: https://pdfs.semanticscholar.org/6ca2/87a5c6b06c2e7b999dbf14d4ce6642b0ee83.pdf?_ga=2.101652865.1638224835.1597255906-1831162737.1594251361. Acesso em: 05 ago. 2020.

MORANA, Hilda; STONE, Michael; ABDALLA-FILHO, Elias. Transtornos de personalidade, psicopatia e serial killers. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, São Paulo, v. 28, out. 2006.

OLIVEIRA, Alexandra Carvalho Lopes De; STRUCHINER, Noel. **Análise da figura do psicopata sob o ponto de vista psicológico-moral e jurídico-penal**. Departamento de Direito PUC, Rio de Janeiro, 2011.

PATRICK, Christopher. Psychopathy as masked pathology. In: _____. **Handbook of psychopathy**, 2. Ed. Guilford Publications, 2018.

SILVA, Marcos Antonio Duarte; MIQUELON, Eliane Aparecida. A criminologia clínica: a psicopatia e a exploração da mídia por audiência. **Boletim Jurídico**, 2018. Disponível em: <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direito-penal/4148/a-criminologia-clinica-psicopatia-exploracao-midia-audiencia>. Acesso em: 05 ago. 2020.

SOEIRO, Cristina; GONÇALVES, Rui Abrunhosa. O estado de arte do conceito de psicopatia. **Análise Psicológica**, Lisboa, v.28, n.1, p. 227-240, 2010.

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; SALVADOR-SILVA, Roberta; DIAS, Ana Cristina; DAVÓGLIO, Tércia Rita; GAUER, Gabriel. Psicopatia e reconhecimento de expressões faciais de emoções: uma revisão sistemática. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.30, n.2, p.125-134, abr./jun. 2014.

VASCONCELLOS, Silvio José Lemos; SALVADOR-SILVA, Roberta; VARGAS, Fernanda DE; HOFFMEISTER, Fernanda Xavier; PRATES, Priscila Flores; SILVA, Renan Meirelles Da. A cognição social dos psicopatas: achados científicos recentes. **Estudos de Psicologia**, São Paulo, v.34, n.1, jan./mar. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2017000100151. Acesso em: 15 ago. 2020.

recebido em: 16 de setembro 2019
aprovado em: 18 de dezembro 2019